

Governo atrasa pagamento de contas

Economia - Brasil

Liana Verdini

Da equipe do Correio

O corte de gastos públicos começa a afetar setores que prestam serviços para o governo. Agências de viagens, empresas de informática e firmas de construção civil estão sentindo agora o impacto das medidas de contenção de despesas adotadas no início de setembro para enfrentar a crise internacional. Ministérios e órgãos da administração direta estão mandando cartas às empresas prestadoras de serviços avisando da falta de recursos para honrar compromissos até o fim deste mês.

Junto com a falta de pagamento, surgem rumores de demissão de funcionários e falência de empresas. A situação não é nada confortável, especialmente no Distrito Federal, onde o peso do governo na economia é muito grande.

Pelos cálculos do presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF), Adalberto Valadão, as obras do governo movimentam em Brasília entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões por ano, o equivalente à metade do faturamento das empresas do setor na região.

"Quando o governo suspende

investimentos, corta junto o emprego de muita gente necessitada", declarou Valadão, lembrando que nesse setor a média dos salários é baixa. Em Brasília, existem cerca de 300 empresas de construção civil em atividade, com 45 mil trabalhadores e gerando outros 120 mil empregos indiretos.

Outro segmento bastante atingido é o de viagens. Segundo o presidente da Associação Brasileira das Agências de Viagens do Distrito Federal (Abav/DF), Carlos Alberto de Sá, o governo gasta com passagens aéreas cerca de R\$ 200 milhões por ano. "Posso dizer que só em Brasília a União está com o pagamento de cerca de R\$ 2 milhões em atraso", estimou.

PIORA

A situação tende a piorar para as empresas que vendem passagens aéreas. No *Diário Oficial* da União de ontem, o Ministério da Fazenda publicou uma portaria, assinada pelo ministro interino Pedro Parente, suspendendo as autorizações para viagens de funcionários do ministério e das entidades vinculadas. Estão suspensas as viagens para participação em cursos, seminários, encontros, congressos e similares.

CALOTE

A Abav estima que o governo gaste

R\$ 200 mi

por ano com passagens aéreas.

No Distrito Federal,

R\$ 2 milhões

em pagamentos estão atrasados

Algumas exceções foram abertas, como para eventos que resultem em despesas limitadas ou que tenham sido autorizadas antes do dia oito de setembro, quando foi anunciado o corte de R\$ 4 bilhões do Orçamento dos ministérios deste ano e criada a Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), encarregada de zelar pelo cumprimento das metas definidas para as contas públicas.

A portaria da Fazenda segue apenas uma recomendação maior

do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare), feita por meio de uma Instrução Normativa (IN) do dia 10 de setembro. A IN recomenda a compra de passagens aéreas com o maior desconto promocional oferecido pelas companhias aéreas. Na prática, um desconto máximo de 15%, já que as empresas de aviação não trabalham com descontos maiores para o governo.

O cenário é preocupante. Tanto que a direção da Abav-DF se reuniu ontem com o secretário de Logística e Projetos Especiais do Mare, Carlos Pimenta, responsável pela área das passagens aéreas.

Segundo Carlos Alberto de Sá, da Abav, o encontro foi para pedir ao governo a participação das agências de viagens nas discussões sobre corte de gastos. A Abav e o sindicato estão preparando um documento com sugestões sobre como utilizar melhor as agências e economizar mais com esse serviço. O documento estará pronto em uma semana.

LICITAÇÃO

O Ministério da Administração Federal também sugeriu a reavaliação das licitações em curso na mesma Instrução Normativa em que recomenda a compra de pas-

sagens com desconto. Com isso, as empresas de informática que desenvolvem e vendem programas de computador para o governo estão amargando prejuízos consideráveis. Duas licitações em que a Domínio Tecnologia da Informação, empresa de Brasília, estava interessada, por exemplo, foram canceladas.

Outros órgãos, como o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), estão devolvendo funcionários emprestados de empresas privadas. São os chamados consultores externos. Pelo menos 40 pessoas teriam sido devolvidas. A direção do Serpro, procurada pela reportagem do *Correio Braziliense*, não se pronunciou sobre o assunto. A devolução dos consultores externos começou a ser feita no dia 30 de setembro.

Mais uma vez, a culpa pelo corte de pessoal é da falta de verba. As empresas de informática que estão recebendo esses profissionais de volta já pensam em demitir. Algumas, porém, estão optando por manter os funcionários no Serpro, ainda que sem receber por isso, na esperança de que o problema seja superado rapidamente. Até o final de outubro, pelo menos, o cenário é de contenção total de despesas.